

organização:
valéria viana Labrea e Pablo vommaro

Juventude, Participação e Desenvolvimento Social na **América Latina e Caribe**



ESCOLA Regional MOST
UNESCO BRASIL

Quem são eles e o que querem?

Estão se tornando a cada dia mais frequentes os estudos sobre a juventude, seu comportamento, valores e expectativas, assim como trabalhos que buscam tipificar os jovens em categorias que os definam. Mas o que pensam os jovens de suas próprias condições? O que eles esperam das políticas públicas, como avaliam sua presença ou ausência no cenário dos países latino-americanos?

Nos últimos dois anos eclodiram pelo quatro quadrantes do mundo revoltas e protestos em grande parte organizados e protagonizados pelos jovens. Nessas manifestações que alcançaram as ruas e não raro se tornaram enfrentamentos com as forças de segurança milhares de pessoas recusavam as representações dos partidos políticos, a captura de suas imagens pela mídia manipuladora e as formas envelhecidas da democracia representativa. Mas as juventudes não se definem apenas pelo que recusam: há afirmação e proposição no olhar que lançam para o mundo que, de algum modo, herdaram. Este livro pretende ser parte desse olhar crítico, criativo e construtivo. Ele é fruto do quinto encontro da Escola MOST – uma iniciativa da UNESCO, em parceria com o Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO), a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) do Brasil, a Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO-Brasil) e a Organização Iberoamericana da Juventude (OIJ).

A Escola MOST tem a intenção de acompanhar as grandes transformações sociais que estão em curso nesse início de século (MOST = “Management Social Transformations” que pode ser traduzido por “Programa de Gestão das Transformações Sociais”).

Com o tema “Juventude, Participação e Desenvolvimento Social na América Latina e Caribe”, a Escola Regional MOST, realizada

em Brasília em dezembro de 2013, reuniu 120 participantes provenientes de diferentes países: Brasil, Argentina, Uruguai, México, Colômbia, Cuba, Peru, Chile, Bolívia, Costa Rica, Venezuela, Panamá, Guatemala e Espanha. Jovens pesquisadores e pesquisadoras, gestores e gestoras, lideranças de movimentos sociais debateram durante uma semana caminhos para a construção de políticas públicas de juventude com ampla participação social. O que se lerá nesse livro são artigos escritos por esses jovens a partir dos debates e experiências vividos no encontro.

Os textos refletem as especificidades de vários países tendo como cenário as contradições emergentes da sociedade, como a desigualdade social, o trabalho, a falta de políticas públicas específicas e apontam para reflexões e perspectivas para a transformação da sociedade. E os jovens autores dedicam-se com afinco a debater e argumentar sobre diversos campos da vida social: a participação da juventude na formulação de políticas, os temas da educação, democracia e discriminação, a violência que atemoriza a vida urbana, as juventudes rurais, a cultura, a formação e a questão do emprego, são muitos os temas que captaram o interesse e a expertise desses jovens autores.

A FLACSO, instituição comprometida com a formação humana para uma sociedade mais justa e democrática, se sente honrada em fazer parte dessa iniciativa. Sabemos que a contribuição desses jovens vai além de uma opinião fundamentada em valores e argumentos: são pontos de vista comprometidos com vida que vivem e com vida que querem viver. Essa verdade emerge dos textos e precisa ser conhecida por todos e todas.

André Lázaro

Coordenador acadêmico da FLACSO-Brasil



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff
Presidenta da República

Michel Temer
Vice-Presidente da República

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Gilberto Carvalho
Ministro de Estado Chefe

Diogo de Sant'Ana
Secretário Executivo

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE

Severine Carmem Macedo
Secretária Nacional de Juventude

Ângela Cristina Santos Guimarães
Secretária Adjunta

Francisco Rodrigo Josino Amaral
Chefe de Gabinete

Elisa Guaraná de Castro
Coordenadora-Geral de Políticas Transversais

CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES CONSELHO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - CLACSO

Pablo Gentili
Secretário Executivo

Fernanda Saforcada
Diretora Acadêmica

Área de Produção Editorial e Conteúdos Web

Coordenador Editorial: Lucas Sablich

Coordenador de Arte: Marcelo Giardino

EEUU 1168 | C1101AAX | Buenos Aires | Argentina
Tel. [54 11] 4304 9145/9505 | Fax [54 11] 4305 0875 | e-mail clacso@clacso.edu.ar |
web www.clacso.org

CLACSO conta com o apoio da Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional (ASDI).
O livro está disponível na íntegra na Rede de Bibliotecas Virtuais do CLACSO



Copyright @2014. Secretaria Nacional de Juventude

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citados a fonte e o sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original em: participatorio.juventude.gov.br ou em www.clacso.org

Tiragem: 1000

Coordenadora da Coleção Juventude

Elisa Guaraná de Castro

Elaboração/Supervisão

Elisa Guaraná de Castro, Valéria Viana Labrea, Pablo Vommaro, Bruno Vanhoni.

Colaboração Especial

Luciana Amorin (UNESCO), Fernanda Saforcada (CLACSO), Miriam Abramovay (Flacso).

Equipe Técnica

Mônica Sacramento Costa e Graziene Carneiro

Revisão

Elisa Guaraná de Castro, Valéria Viana Labrea, Ana Laura Lobato, Carla Schwingel e Janaína Behling

Projeto gráfico

Daniela Rodrigues (Njobs Comunicação) e Aline Magalhães Soares

Diagramação

Rafael Keoui (Njobs Comunicação)

Distribuição e Informações:

Secretaria Nacional de Juventude – SNJ

Pavilhão das Metas

Via VN1 - Leste - s/nº Praça dos Três Poderes - Zona Cívico Administrativa

Telefone: [55 61] 3411-1160

CEP 70150-908

Brasília - DF

Dados Internacionais de Catalogação e Publicação (CIP)

J97j Juventude, participação e desenvolvimento social na América Latina e Caribe :
 Escola Regional Most Unesco Brasil / coordenação de Valéria Vianna Labrea ;
 Pablo Vommaro. -- Brasília : Secretaria Nacional de Juventude ; São Paulo :
 Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2014.
 217p. – (Coleção juventude. Série estudos ; n.--)

Bibliografia
ISBN 978-85-85142-67-4

1. Juventude. 2. Participação Social. 3. Desenvolvimento Social. 4. Políticas Públicas –
Brasil. I. Labrea, Valéria Vianna (coord.). II. Vommaro, Pablo (coord.) III. Brasil. Secretaria
Nacional de Juventude. VI. Conselho Ibero-americano de Ciências Sociais. IV. Título. V. Série.

CDD 305.2350981

Índice para catálogo sistemático:

1. Juventude - Brasil 2014

Todos os direitos desta publicação reservados à Secretaria Nacional de Juventude. <juventude@presidencia.gov.br>

Tel.: [55 61] 3411-1160

Juventude, participação e desenvolvimento social na América Latina e Caribe — Escola Regional Most/Unesco Brasil

sumário

PREFÁCIO.....	9
APRESENTAÇÃO.....	11
INTRODUÇÃO	13
As políticas da juventude na Argentina e no Brasil. Conquistas e desafios atuais.....	20
Enfoques sobre o estudo da Juventude: uma visão sobre as perspectivas latino-americanas	38
Juventudes e desenvolvimento social: reflexões a partir de um enfoque cultural. Sistematizando uma experiência cubana	51
Os jovens e o problema do emprego - desafios para as políticas públicas.....	68
Juventudes rurais: oportunidades para a construção de novos projetos sociais na América Latina	85
Programas de formação para o trabalho: perspectiva de seus gestores sobre a problemática da inserção de jovens em Chaco e Corrientes (Argentina).....	103
Educação superior, raça e política social. Uma breve reflexão a partir de Cuba.....	122
Ferramentas teóricas para analisar as lutas sociais na área da educação superior na Colômbia	136
Algumas hipóteses sobre jovens em movimentos sociais em áreas de violência	156
Violentos ou violentados? Jovens e detenções em Río Cuarto, Argentina.....	170
Conflito Juvenil: relação entre Estado e organizações autônomas.....	187
Jovens incoerentes. Análise das sociedades complexas na cultura...	206
Quem participou desse livro	215

INTRODUÇÃO

Valéria Viana Labrea

Bruno Vanhoni

Pablo Vommaro

Este livro reúne doze artigos que foram selecionados entre os participantes da edição brasileira da Escola MOST. Os artigos resultam do esforço em relacionar o intercâmbio de conhecimentos e experiências que pautaram o encontro e suas pesquisas e práticas. Eles são heterogêneos, abrangem diferentes aspectos da política de juventude, porque o tema da Escola, “juventude, participação e desenvolvimento social” abre várias possibilidades e muitas delas foram exploradas pelos autores(as), como está demonstrado nos textos ora apresentados.

Para entender a relevância desse encontro e do tema, deve-se recuperar sua historicidade e contextualizá-lo. Debater a participação social é especialmente significativo porque parte-se da compreensão que a constituição do campo temático *juventude* pressupõe o reconhecimento de problemas sociais que se transformam em demandas juvenis e são levados por diferentes atores para o espaço público; a interlocução com os poderes públicos, de quem são cobradas demandas e direitos dos jovens; e a presença de jovens organizados de muitas formas buscando articulações e relações possíveis entre si e com a sociedade em geral.

Cabe refletir sobre o lugar da participação nas políticas públicas. Se por um lado muitos dos atores atuantes no campo das políticas de juventude se constituem a partir da sua identidade militante, a participação não aparece apenas como instituinte dessa identidade para esses sujeitos. A participação também se coloca como *demanda*. A participação como demanda necessita de espaços para que se possa refletir criticamente sobre como ela vem sendo incorporada às políticas, até que ponta a juventude pauta e interfere na formulação e implementação das políticas e na tomada de decisões e quais os cenários que apontam a partir das várias experiências no campo das políticas públicas de juventude na América Latina e Caribe. A Escola MOST se propôs a ser um desses espaços e aprofundar a reflexão sobre essa temática.

Há um esforço no Brasil e em muitos países da América Latina e Caribe, para ampliar os espaços de participação social e a juventude tem se destacado nesses espaços porque está presente de forma contundente e qualificada nos fóruns,

comitês, grupos de trabalho, comissões, conselhos, ruas, conferências e demais espaços de interlocução com os entes federados e com a sociedade civil. Mapear, debater e problematizar a ocupação desses espaços e como eles se relacionam com as políticas públicas, mensurar as influências mútuas, dar densidade e teorizar sobre essas práticas em um espaço compartilhado entre academia, gestores e movimentos sociais é uma necessidade para que se possa avançar nessa problemática.

Da mesma forma, os temas que dizem respeito ao *desenvolvimento social*, como trabalho, educação, cultura, violência, saúde, etc., enfatizam a heterogeneidade que constituem as diferentes juventudes brasileiras e latino-americanas e o atual panorama se coloca como um campo fértil para reflexão.

A possibilidade de conhecer e mapear a experiência latino-americana e contribuir para estabelecer novas redes de colaboração, por envolver pesquisadores de referência no tema juventude, juntamente com lideranças juvenis de movimentos e organizações sociais, representantes do CONJUVE e de Observatórios de Juventude fizeram da Escola MOST um ambiente de aprendizagem de referência para futuras ações de formação da SNJ. Essa iniciativa faz parte do esforço de construção do Observatório Latino Americano de Juventude, de iniciativa da OIJ e do Participatório da SNJ/SG-PR que busca fortalecer as identidades e propor ações comuns. Essa Escola também foi potencializada com a experiência do Grupo de Trabalho Sobre Juventudes e participação política que iniciou suas atividades em 2007 e já tem dois livros publicados que estão disponíveis no sítio eletrônico da CLACSO.

As cinco edições anteriores da Escola MOST, organizadas pela CLACSO e UNESCO, privilegiaram o encontro presencial entre pesquisadores, gestores públicos e integrantes de movimentos sociais latino-americanos. É uma questão cara ao governo federal incentivar a participação social nas esferas públicas e os movimentos sociais são importantes referências no diálogo Estado e sociedade. Incluí-los na Escola parte do princípio de que é necessário produzir conhecimentos relevantes sobre as juventudes na região, a partir da interlocução com as instituições que atuam neste campo, para ampliar a diversidade epistemológica e credibilizar também a experiência social, ao reconhecer que existem muitas formas de descrever, ordenar e classificar o mundo. A academia e o governo podem articular novos espaços de aprendizagem junto aos movimentos sociais a fim de estabelecer um diálogo e, principalmente, uma escuta mútua.

A metodologia de *tradução intercultural* desenvolvida para a Escola prevê diferentes espaços de reflexão que possibilitam diferentes enfoques sobre um mesmo tema

entre os debatedores convidados e os participantes. Essencialmente, está estruturada em dois grandes formatos: as conferências e mesas de debate, com palestrantes convidados, que privilegiam a dimensão expositiva e o conhecimentos de expertos, em uma estrutura mais vertical e tradicional; e as oficinas temáticas, que privilegiam a troca de saberes de forma horizontal, com debate entre os participantes.

Perpassando esses dois espaços estruturantes, há outras atividades como a apresentação de painéis e relato de experiência, visando a convergência entre conceitos e diretrizes estruturantes e os saberes que emergem da experiência social. Foi organizada também uma oficina virtual - realizada simultaneamente à presencial - que teve como instrumento de comunicação o *chat*, para que os participantes pudessem conversar entre si, a página wiki, que permite a construção de textos colaborativos e a transmissão ao vivo da orientação dos mediadores e relatores em *software* de webconferência, por meio do *site* do Observatório Participativo da Juventude, o Participatório. O resultado deste esforço e deste encontro é esta publicação.

Os textos que compõem esta publicação abordam diferentes aspectos das realidades dos jovens latino-americanos, apresentando os cenários nos quais as políticas de juventude se desenvolvem. O texto que abre este livro, *Las políticas de juventud en Argentina y Brasil. Conquistas y desafíos actuales*, de María José Haro da Universidad Federal de la Integración Latinoamericana, no Brasil, apresenta um panorama sobre as conquistas, contradições e desafios das políticas sociais de juventude na Argentina e no Brasil. A autora também destaca a importância de que sejam transformadas estruturas econômicas vigentes, causadoras dos problemas sociais.

O artigo seguinte, resulta da articulação entre duas pesquisadoras que se conheceram na Escola: Ana Beatriz Pinheiro e Silva, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Karla Henríquez Ojeda, da Universidad de Santiago de Chile. Seu texto *Enfoques sobre o estudo da Juventude: uma visão sobre as perspectivas latino-americanas* problematiza a afirmação de que não há uma definição consensual sobre juventude, sendo necessário ampliar categorias associadas a este grupo, não somente embasadas em um olhar biológico, mas também social, histórico, político e cultural, olhares que se confrontam em uma temporalidade diacrônica. Um exemplo da ampliação desse entendimento pode ser observado no artigo *Juventudes y desarrollo social: reflexiones desde un enfoque cultural*, de Yeisa B. Sarduy Herrera do Instituto Cubano de Investigación Cultural Juan Marinello, que trata da experiência cubana acerca de abordagens culturais sobre juventude e desenvolvimento social, defendendo a intersectorialidade acadêmica como alternativa para definir novas agendas.

Um tema recorrente é o emprego e o trabalho. Um dos participantes da oficina virtual, Gonzalo Assusa, da Universidad Nacional de Córdoba, apresenta *Los jóvenes y el problema del empleo - desafíos para las políticas públicas*, que enfoca aspectos relacionados à juventude e empregabilidade e a revisão de teorias do capital humano, fundamentais para se pensar em políticas públicas inovadoras e coesas. A necessidade de novos projetos voltados para as juventudes rurais que respeitem suas particularidades é abordado no artigo *Juventudes rurales: oportunidades para la construcción de nuevos proyectos sociales en Latinoamérica*, resultado da parceria entre três jovens pesquisadores: David Sánchez da Universidad Autónoma de Querétaro, Camilo Salcedo Jiménez da Universidad del Valle de Colombia e Yamira Rodrigues de Souza Barbosa da Universidade de Brasília. Seu texto enfatiza a demanda pela criação de oportunidades para a inclusão social. *Programas de formación para el trabajo: perspectiva de sus gestores sobre la problemática de la inserción de jóvenes en Chaco y Corrientes (Argentina)*, de José Antonio Pozzer da Universidad Nacional del Nordeste também trata de empregabilidade, mas enfatiza a revisão de políticas públicas junto à reorientação de recursos públicos, uma necessidade básica para as mudanças do papel do Estado.

A educação foi bastante pautada nas discussões trazidas pelos(as) jovens pesquisadores(as) e é o tema do artigo *Educación superior, raza y política social. Una breve reflexión desde Cuba*, de Yulexis Almeida Junco, da Universidad de La Habana, que enfoca a necessidade de os jovens serem estimulados para obterem acesso à universidade, sem perder de vista o enfoque racial em sua concepção, algo capaz de gerar e reforçar, se não tomadas as devidas precauções, assimetrias na universidade para futuros estudantes. E, em outra perspectiva, no texto *Herramientas teóricas para analizar las luchas sociales en el campo de la educación superior en Colombia*, de Andrés Felipe Mora Cortés da Universidad Nacional de Colombia, que trata dos desafios para a criação de ferramentas teóricas capazes de sistematizar o potencial transformador da ação coletiva em nível superior.

A questão da violência e da importância da resignificação dos movimentos sociais de juventude, aparece como elemento-chave para a compreensão das necessidades frente ao seu potencial de organização para ações coletivas é o mote de *Algunas hipótesis sobre jóvenes en movimientos sociales en áreas de violencia*, de Simone da Silva Ribeiro Gomes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, *Violentos o violentados? Jóvenes y detenciones en Río Cuarto, Argentina*, de Mariana Jesica Lerchundi da Universidad Nacional de Río Cuarto, reforça essa resignificação, enfocando a condição dos jovens na sociedade como violentados e não necessariamente violentos, como é comum aparecer nos veículos de

comunicação. O artigo *Conflictividad Juvenil: Relación entre Estado y organizaciones autónomas*, de Miguel Hernández Monsalve da Universidad Academia de Humanismo Cristiano do Chile, por sua vez, sinaliza que uma boa estratégia de valorização da juventude é a aproximação de suas diferentes manifestações junto ao Estado, de modo que organizações independentes criem a ampliação para espaços de diálogo, trabalhando conjuntamente.

Finalmente, o último artigo, *Jóvenes incoherentes. Análisis de sociedades complejas en cultura*, de Tomás Viviani da Universidad Nacional de La Plata – Argentina, traz um panorama cultural de novos protagonismos nada incoerentes da juventude, deslocando a visão simplista dos jovens como identidades revoltosas para uma visão aberta e respeitosa de protagonismos organizados, em favor da relutância contra estigmas na contemporaneidade.

Então, os deixamos com este livro e os convidamos a continuar tecendo as redes que possibilitam a produção de conhecimento coletivo, contextual e situado para impactar a vida dos jovens da América Latina.

Programas de formação para o trabalho: perspectiva de seus gestores sobre a problemática da inserção de jovens em Chaco e Corrientes (Argentina)

José Antonio Pozzer

Universidad Nacional del Nordeste – Argentina

Introdução

Este artigo se propõe a refletir sobre as hipóteses e representações que os gestores (funcionários de gabinete e técnicos especialistas) de programas de formação para o trabalho manifestam sobre as problemáticas envolvendo a inserção laboral dos jovens que fazem parte deles nas províncias de Chaco e Corrientes (Argentina).

A problemática sobre o acesso dos jovens ao mundo do trabalho e a permanência neste se manifestam em nível global e tem sido tema de numerosos estudos regionais e internacionais. Os mesmos indicam que esses fenômenos não afetam a todos os jovens de forma similar, mas aqueles com menores níveis educacionais e que são provenientes de lares com menos recursos são os mais prejudicados (WELLER, 2003). Essa situação adquire visibilidade na área das políticas públicas e, com o surgimento de outras políticas sociais para o atendimento da situação de pobreza, os jovens compõem a população-alvo dos programas sociais e laborais (BALARDINI, 1995).

Nos últimos anos, em diversos países da América Latina e também na Argentina, os governos assumem políticas com objetivos redistributivos, baseados em uma perspectiva de ampliação dos direitos sociais e dos cidadãos para a população em geral e em particular para os jovens. Nesse marco, promovem-se políticas a partir de um enfoque nos “direitos” que tentam superar, pelo menos a partir do ponto discursivo, as visões estigmatizadas e individualizantes da situação de cada jovem (JACINTO, 2010).

Sobre isso, realizam-se debates sobre a necessidade de contar com políticas que assumam de forma explícita a heterogeneidade que caracteriza os jovens. Esse reconhecimento que a juventude está integrada por grupos sociais diferenciados, com particularidades e especificidades em cada tempo e em cada sociedade, com diferentes interesses, expectativas, vozes, dificuldades e problemas, possibilitará o desenho e a implementação de estratégias mais adequadas para as juventudes.

No entanto, apesar dos jovens aparecerem com certa centralidade no discurso estatal, desde o impacto que a expansão dos direitos e as políticas públicas e sociais vinculadas representam nas suas vidas, existe uma determinada posição periférica em relação ao Estado (CHAVES, 2011). Desse modo, se nos encontramos em um contexto de ampliação dos direitos deve-se planejar o desafio de como efetivá-los.

Nesse marco, encontram-se as políticas públicas como uma construção social e se enfatiza a relevância da instância sobre a implementação dentro desse processo (TAMAYO SAEZ, 1997). Partindo desse âmbito, os programas e/ou projetos que derivam das políticas públicas, constituem o resultado de um jogo de poder entre diferentes atores ou grupos que intervêm com diferentes recursos e interesses e que, conseqüentemente, no processo de implementação não respondem sempre, e nem de modo linear, com as expectativas planejadas na etapa de formulação.

Nesse sentido, em várias ocasiões, os resultados dos programas aparecem condicionados tanto pelas estratégias metodológicas previstas no desenho inicial, mas também pelos estilos de gestão das instituições responsáveis pela sua implementação e pelo modo em que se posicionam seus funcionários em tais processos. Dessa forma, considerando determinadas características políticas, socioeconômicas e laborais da região em estudo, neste artigo tentam-se analisar de forma crítica os imaginários em torno dos jovens que fazem parte dos programas de formação para o trabalho, seus vínculos com o trabalho e a educação para a sua inserção no mercado.

A análise dos processos de inclusão socioeducativos e laborais dos jovens adquire uma importância significativa no momento atual, tendo em vista as transformações ocorridas nos mercados laborais nas últimas décadas, os fenômenos crescentes de exclusão nesse grupo e os paradigmas emergentes na investigação e intervenção em relação a alguns campos temáticos que atravessam transversalmente o objeto de estudo que está sendo abordado.

De forma específica, a partir da seleção de alguns casos, apresentam-se resultados de uma análise comparativa de dois programas, desenhados e administrados a partir de diferentes órgãos estatais, que atualmente são implementados nos territórios mencionados anteriormente: *Jovens com mais e melhor trabalho* – doravante *Jovens* – e *Ensino Médio e Formação para o Trabalho para Jovens* – doravante *Ensino Médio*. O primeiro, coordenado pelo Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social da Nação e implementado através das suas Oficinas de Trabalho no território, busca a inclusão social e laboral dos jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade, e que através de diversas ações integradas possam construir um perfil profissional para a sua inserção laboral. No segundo, desenvolvido no âmbito do Ministério da Educação da Nação, executado pelas unidades de gestão das modalidades de Educação Permanente para Jovens e Adultos e Educação Técnica das províncias, promove o término do Ensino Secundário e a capacitação laboral dos jovens (16 a 29 anos) para contribuir com a melhora das suas capacidades para o acesso ao mundo do trabalho.

Para a construção empírica da informação analisaram-se os documentos de base e as normativas dos programas e realizaram-se entrevistas minuciosas com informantes-chave: funcionários e técnicos responsáveis dos mesmos em Chaco e Corrientes.

As províncias de Chaco e Corrientes que estão situadas na região Nordeste da República Argentina, têm-se caracterizado pelo desenvolvimento insuficiente de suas estruturas sociais, produtivas e laborais, apresentando historicamente índices de pobreza e indigência superiores à média nacional.

Dessa maneira, pretende-se ter uma aproximação com o ponto de vista que os adultos responsáveis pela gestão de programas têm sobre a(s) juventude(s) em relação ao trabalho, para dispor de elementos conceituais que nos aproximem de um melhor entendimento sobre a problemática e permitam melhorar o desenho e a gestão de intervenções vinculadas com a juventude nos espaços locais.

Em seguida, planejam-se algumas discussões em relação à(s) Juventude(s) e uma breve análise sobre os avanços em relação às políticas de inserção laboral dirigidas aos jovens. Posteriormente, apresentam-se algumas especificações sobre a metodologia de trabalho para introduzir os resultados do trabalho empírico. Finalmente, são propostas para o fechamento as reflexões finais.

Sobre a condição juvenil e a(s) juventude(s):

Em diferentes tratamentos, a juventude tem sido concebida como uma construção social, histórica, cultural e relacional, para designar com isso o dinamismo e a permanente evolução/ involução do mesmo conceito.

Para Valenzuela (2005), *a juventude se refere a construções heterogêneas historicamente significadas dentro dos âmbitos relacionais e situacionais*. Desse modo, a juventude como construção histórica, emoldurada nas condições sociais específicas, implica reconhecer as suas mudanças e transformações ao longo do tempo e a heterogeneidade na construção do mesmo, de acordo com a forma como os jovens desenvolvem variados estilos de vida, processos e trajetórias (VALENZUELA, op.cit.).

Em conjunto, a juventude também é concebida como uma categoria etária – sociodemográfica - como uma etapa de amadurecimento - sexual, afetivo, social, intelectual, físico-motora - (DÁVILA E HONORES, 2003), esse enfoque costuma ser utilizado na definição das políticas e programas da juventude para definir a sua população destinatária.

Sobre isso, os estudiosos da juventude têm realizado importantes avanços na delimitação da condição juvenil, deixando de lado as posições essenciais e reduzidas, vinculadas com a definição por faixa etária (VALENZUELA, op. cit.). Do mesmo modo, existe um consenso que já não vale mais a pena mencionar de “a juventude”, em singular, como uma categoria homogênea. A concepção mais tradicional do termo (aquela que define a juventude como uma fase entre duas etapas, como um tempo de preparação para o desempenho de funções predeterminadas) também é limitada, já que a mesma noção de juventude é social e historicamente variável.

Existem muitas formas de “ser jovem” nas diferentes sociedades e, por sua vez, essas se modificam ao longo do tempo devido às mudanças sociais. As faixas sociais a qual pertencem, a educação, o trabalho, o gênero, a etnia, a religião, o local de residência (urbano/rural), a cultura, são algumas variáveis que ajudam a desconstruir a ideia da juventude como um conceito universal e a reconhecer a diversidade das práticas e significados assim como os projetos diferenciados dos jovens.

Da mesma forma, a complexidade do conceito juventude(s) supõe reconhecer, além do seu caráter contextual (espacial e historicamente situado) e heterogêneo (desigual e diverso), o seu aspecto relacional, já que “o juvenil” é construído a partir de conflitos e consensos entre as diversas representações e as auto-percepções dos próprios jovens (CHAVES, op. cit.).

A partir dessa perspectiva integral, entende-se que os fatores explicativos daquelas questões que são configuradas como “problemáticas” para os jovens não devem ser analisadas apenas no período juvenil, mas — fundamentalmente — revisando as condições do contexto que se transformam, interpelam e impõem novas demandas para esse coletivo.

Sobre isso, Bordieau (1990) propõe que a “juventude” emerge historicamente como “um grupo de agentes” possíveis de analisar e tematizar, com a modernidade: momento no qual a maioria dos indivíduos têm acesso ao ensino formal e se destaca dessa forma em um processo de moratória de responsabilidades, que em épocas anteriores não eram dadas. A “juventude” passa a ser objeto de discussão e análise quando os mecanismos de trânsito etário não coincidem com os de integração social, quando surgem comportamentos definidos como irruptivos, porque os canais de trânsito do ensino ao emprego, ou da dependência à autonomia, ou da transmissão à introjeção de valores, tornam-se problemáticos.

É, justamente, a partir de determinadas questões que foram “problematizando” socialmente que, a partir dos Estados, começou a gerarem-se ações dirigidas para esse setor da população até derivar em um campo de especialização específica dentro das políticas públicas que hoje são conhecidas como políticas de juventude, entendidas como *toda ação que se oriente tanto à obtenção e realização de valores e objetivos sociais referentes ao período vital juvenil, como também, àquelas ações orientadas para influir nos processos de socialização envolvidos* (BALARDINI, 1999).

Em relação a isso, quais são as mudanças contextuais que geram modificações na condição juvenil? De acordo com Barbetti (2013), algumas das transformações sociais e políticas que ocorreram em grande parte das sociedades ocidentais industrializadas ou em vias de industrialização:

- a. Por um lado, a rachadura da matriz sociopolítica clássica vigente até a década de 70, que se apoiava na ideia de um Estado forte que regulava a relação entre os atores sociais (movimento trabalhista, Estado, empresas).
- b. Por outro, as mudanças na ordem econômico–produtiva e as crises da sociedade salarial que geram três processos concomitantes: desinstitucionalização, descronologização e individuação. A integração social durante décadas envolvia uma passagem relativamente curta e estável entre algumas instituições, como a família, a escola e o mundo produtivo. Sobre isso, Bendit (2008) indica que essa passagem agora se torna cada vez mais longa, complexa, diferenciada e

incerta. As instituições outrora vigentes perdem, em algum ponto, o seu caráter normativo (como regulador da organização da vida social), assim como o de proteção contra os riscos sociais e, conseqüentemente, as trajetórias tornaram-se sem uma padronização, biografadas e individualizadas.

A partir dessas mudanças, de forma progressiva, observam-se novas linhas nas políticas públicas de juventude, tanto em nível regional como nacional. Como alternativa aos enfoques tradicionais nas políticas públicas da juventude (que destacam a fase juvenil como uma transição para a vida adulta e, com isso, como um período preparatório para o futuro) e aos enfoques reativos (que enfatizam a juventude-problema), surgem outras perspectivas que tentam reconhecer os jovens como cidadãos, produtores de cultura e, por sua vez, como atores estratégicos do desenvolvimento. Essas perspectivas geram uma mudança de concepção dos jovens como objeto das políticas (como um setor da população que deve estar sob a tutela do Estado), promovem o seu reconhecimento como sujeitos de direitos, como uma categoria heterogênea que elabora práticas que podem apresentar um caráter político.

Em seguida, desenvolvem-se aspectos vinculados às transformações em matéria de políticas de inserção laboral dirigidas aos jovens.

Políticas públicas de inserção sociolaboral dirigidas aos Jovens

Se, durante anos, determinados ritos de passagem por diferentes instituições (a escola, o trabalho, a saída do lar de origem) configuravam trajetórias da juventude até a vida adulta, hoje, esses mecanismos estão em questão ou mudam sem ajudar a formar circuitos alternativos de inclusão social (JACINTO, 2000).

É possível ver a crise e o enfraquecimento das grandes instituições de integração social da modernidade (DUBET Y MARTUCCELLI, 1998). Isso reforça os processos de individualização e deixa os indivíduos angustiados sem apoios protetores (JACINTO, 2010). Nesse contexto emerge uma “nova condição juvenil”.

De acordo com Casal (1996), os elementos-chave para a análise da transição dos jovens para a vida ativa são: por um lado, *a dimensão biográfica dos jovens* (que constroem determinadas trajetórias vitais a partir de escolhas e decisões racionais, mas sob as determinações do entorno próximo, estruturais de contexto amplo, e outras de ordem cultural e simbólica) e, pelo outro, *a dimensão política do Estado e suas instituições* (que são as que definem e implementam tais itinerários e intervêm neles através de diferentes dispositivos).

O acesso dos jovens ao mundo do trabalho e o que a sua permanência nele constitui, tem sido objeto de numerosos estudos, os quais indicam que esses fenômenos não afetam a todos os jovens da mesma forma, mas que aqueles com menores níveis educativos e provenientes de lares com menos recursos são os mais prejudicados.

Na América Latina, a partir da década de 90, surgem intervenções centralizadas no desenvolvimento de ações de formação destinadas a elevar a qualificação da oferta de trabalho e a melhorar a empregabilidade desse grupo.

Com algumas variações, tanto nos modelos como nas metodologias utilizadas, os especialistas diferenciam, a partir desse período, a coexistência de novas linhas programáticas comuns em diferentes países dessa região. Às tradicionais opções de formação profissional com ofertas de tempo mais prolongadas e com executores institucionais fixos, incorporam-se outros dispositivos consistentes nos cursos direcionados (destinados especificamente aos jovens dos setores vulneráveis), flexíveis e de curta duração.

Nos anos 2000, com determinadas alterações nas orientações de alguns governos, Jacinto (2010) reconhece que a perspectiva começa a mudar para um olhar que compreende o desemprego juvenil como um problema estrutural. Com isso, as políticas se propõem a objetivos redistributivos e de ampliação dos direitos sociais. Não obstante, indica a autora, continuam persistindo visões individualizantes da problemática e dos segmentos.

Além disso, observa-se uma dispersão de intervenções e pouco contato com o mercado de trabalho, assim como uma superposição de programas que atuam no mesmo território. Salvia (2013), por sua vez, ainda que também advirta sobre algumas transformações nas intervenções, sustenta que a evidência reunida até agora mostra que essas iniciativas não teriam implicado por si mesmas em uma mudança qualitativa no diagnóstico e nem nos resultados. Tampouco registrariam uma maior capacidade pública para estender os benefícios de tais políticas para os setores mais excluídos.

Nos últimos tempos, começou a se reconhecer, dentro das políticas de apoio para a transição, não apenas as políticas ativas de emprego e formação profissional, mas também os dispositivos de apoio para a conclusão do Ensino Secundário. É possível indicar uma mudança das políticas públicas em relação ao assunto, com pelo menos três pontos distintos:

- Uma compreensão mais sistemática das relações entre um modelo socioproductivo gerador de emprego e as oportunidades dos jovens;
- Uma forte promoção da maior formação formal e medidas a favor da melhoria da qualidade de emprego; e
- Uma maior aposta ao fortalecimento da institucionalização permanente, ou seja, melhorar a qualidade dos serviços educativos e de formação e desenvolver redes de atores com essa finalidade (JACINTO, 2010).

O desenho e a implementação de ações na forma de programas e projetos é apresentado como uma função neutra, não política, desenvolvida por técnicos tendentes à conquista dos objetivos do Estado (DIEZ, 2006). No entanto, observam-se diferentes maneiras de apropriação, resistência e negação das políticas públicas nos diferentes níveis de execução. Tanto os fatores objetivos como os subjetivos contribuem com a implementação e ressignificação do que se encontra disposto em nível nacional, jurisdicional e institucional, o qual será abordado nos resultados.

Algumas especificações do trabalho empírico

Em relação aos aspectos metodológicos, escolheu-se como estratégia o estudo de caso, no marco de um desenho do tipo exploratório. A escolha desses programas como casos de estudo obedece ao fato de que eles – pelo seu alcance e magnitude – constituem as principais intervenções realizadas desde o Estado Nacional, na região estudada, destinadas especificamente a esse grupo, nos últimos anos. Em tal sentido, configuram-se nos casos significativos já que esses permitem realizar a análise comparativa.

Para a elaboração da informação, realizou-se uma análise dos documentos de base dos programas (resoluções ministeriais, manuais de procedimento e materiais de difusão). Conjuntamente, realizaram-se entrevistas minuciosas com os atores vinculados com a gestão dos programas em nível local: funcionários e técnicos de órgãos estatais de ambos os programas.

Especificamente para o caso do *Programa Jovens*, entrevistou-se o Coordenador Geral da Agência Provincial de Emprego do Chaco e membros da equipe técnica: a Coordenadora do Programa, o Coordenador de Tutores e os Orientadores de Jovens.

Para o *Programa Ensino Médio e Formação para o Trabalho*, entrevistou-se o Diretor de Ensino Técnico e a Diretora de Políticas Socioeducativas, ambos do Ministério

da Educação da Província de Corrientes e a referente Agência Provincial do *Programa Ensino Médio e Formação para o Trabalho* e técnicos que realizam o monitoramento em tal província.

Todas as entrevistas foram realizadas logo depois de dois anos do início da intervenção entendendo a necessidade de obter as opiniões e avaliações, após um período mínimo de concretização das propostas.

Nesse marco, em seguida serão apresentados os avanços dos resultados do trabalho de investigação, primeiramente uma breve descrição dos programas utilizados para a análise, e posteriormente as opiniões dos gestores sobre os jovens que fazem parte dessas experiências.

Descrição dos programas analisados: Jovens com Mais e Melhor Trabalho e Ensino Médio e Formação para o Trabalho

Uma primeira leitura geral dos mesmos permite observar alguns aspectos comuns (similaridades) assim como as suas particularidades (diferenças) que são apresentadas na sequência.

O programa *Ensino Médio e Formação para o Trabalho*, é um programa de alcance internacional. Ele se desenvolve em diferentes países da América Latina e foi elaborado a partir de parâmetros da União Europeia, que, além disso, financia a proposta de modo conjunto com as contribuições que (como contraparte) cada um dos países que participam do programa realiza. Na Argentina, a sua implementação é realizada a partir dos órgãos - e com o apoio de diversos atores - do Sistema Educativo: Ministério da Educação da Nação, dependências técnico-administrativas dos Ministérios da Educação de cada jurisdição, e instituições educativas de diferentes níveis e modalidades. Os eixos prioritários do programa são o fortalecimento institucional da Educação dos Jovens e Adultos e a ampliação e melhoria da qualidade da oferta de Ensino Secundário como da Formação Laboral. Ou seja, não são geradas novas ofertas pontuais ou isoladas de Capacitação Laboral, mas busca-se (através das diferentes linhas de ação de caráter transversal) melhorar a institucionalidade vigente e a articulação entre os atores.

O Programa *Jovens com mais e melhor trabalho*, por sua vez, é de caráter nacional. Ainda que o seu financiamento conte com contribuições do Banco Mundial, ele é financiado concomitantemente com recursos do tesouro nacional. A diferença

do programa em relação ao anterior é que o seu desenho e monitoramento é realizado a partir do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social e na sua implementação promove-se uma participação articulada com uma maior diversidade de atores, com funções diferenciadas, tanto do âmbito estatal (órgãos do Ministério da Educação, áreas da Juventude, municípios) como não estatais (organizações empresariais, sindicais, ONGs). Também são mais amplas e são promovidas diversas linhas de ação. Dessa forma, além do apoio para a conclusão educacional e a oferta de cursos de Formação Profissional e Capacitação Laboral, incluem-se outras como: Orientação e Introdução ao Mundo do Trabalho, Práticas de Qualificação em Empresas, Apoio à busca de emprego e intermediação Laboral e Assistência Técnica-Financeira para a geração de empreendimentos autônomos.

Um elemento comum está relacionado com o período de implementação. Os dois programas começaram a se desenvolver em nível local entre os anos de 2008 e 2009, em um contexto *socioeconômico*, onde se observa uma melhoria relativa (de acordo com o que mostram alguns indicadores de educação e trabalho) e *político-institucional* onde se visualiza um reposicionamento do Estado nas intervenções de algumas problemáticas sociais e existem novos alinhamentos orientadores e instituições para a sua assistência.

Ainda que existam algumas variações no alcance dos objetivos gerais formulados em todos os casos, o que prevalece é o *enfoque do desenvolvimento das capacidades* dos indivíduos jovens a partir do ensino, capacitação e/ou formação profissional, para a melhora do acesso ao mundo do trabalho.

Também existem semelhanças em torno do perfil dos indivíduos destinatários, já que são orientados especificamente para aqueles que não finalizaram seus estudos no sistema educativo formal e que se encontram desocupados ou inativos. Não obstante, também observamos que existem algumas variações nas faixas etárias da população jovem a partir dos quais que cada programa realiza a atuação (de 16 a 29 anos e de 18 a 24 anos) e que parece se vincular, basicamente, aos tipos de serviços que oferecem.

Por outro lado, os aspectos onde existem maiores diferenças entre os programas são: o alcance - extensão em nível territorial, os organismos que intervêm nas diferentes funções (financiamento, desenho e implementação) e, fundamentalmente, os componentes e estratégias específicas propostas para o atendimento da problemática.

A visão dos gestores dos programas sobre as problemáticas de inserção dos Jovens participantes

Nesta parte apresentam-se os aspectos vinculados à problemática da inserção dos jovens ao mercado de trabalho, desde o ponto de vista dos gestores que intervêm nos programas. Sobre isso, é necessário destacar que em diversas ocasiões os imaginários construídos em relação aos jovens podem levar a ações que obstaculizam, deixam de fora ou fazem com que eles se sintam fora dos programas.

Sem diferenciação da experiência na qual participam, evidenciam-se pontos em comum ao reconhecer algumas características nos perfis dos beneficiados, dadas pelas situações e interesses que motivam cada um deles a participar desses programas; de modo genérico podemos falar de “jovens comprometidos com o seu futuro” e “jovens que participam pela retribuição que percebem”.

Sobre isso, alguns pontos de vista convergem em torno de determinados pontos negativos a partir dos quais definem a esse grupo, vinculados fundamentalmente com a visão de curto prazo, falta de perspectiva do futuro e predisposição para o trabalho:

Veem como uma alternativa de curto prazo, não como uma oportunidade laboral de inserção (...) muitas vezes a óptica do mesmo beneficiário não chega além do que percebe do mês vencido (Funcionário Programa Jovens).

Não querem trabalhar, ficam em casa com o consentimento familiar. Vai ser difícil recuperar mais a atitude em relação ao trabalho porque muitos jovens não viram seus pais trabalharem (...). A proposta formativa hoje existe, temos os meios para isso, mas os alunos não participam porque muitos não entendem o que é um trabalho formal (Funcionário Ensino Médio).

Nesses posicionamentos, os jovens são considerados a partir de um ponto de vista de indeterminação e negatividade, e são até acusatórios. Em qualquer caso, eles colocam em discussão o contraste dos objetivos enunciados nos programas com o que acontece na verdade, uma vez que os jovens são desde o discurso político muitas vezes o centro, mas operativamente eles se transformam na periferia. De acordo com Chaves, é na micropolítica de desenvolvimento dos programas, planos e recursos onde aparece e se reproduz a desigualdade, a discriminação, podendo deixar muitos jovens fora ou se sentindo fora.

No entanto, visualizam-se determinadas conotações, de acordo com o programa, que podem ser tratadas e o papel desempenhado dentro deste. Desse modo, os funcionários do programa Jovens, e os técnicos do Ensino podem reconhecer esse tipo de situações e manifestam conjuntamente uma visão favorável de que elas podem ser modificadas, em concordância com o proposto pelos objetivos dos programas, visualizando horizontes de inclusão social e laboral:

Estamos falando de um grupo que possui as suas deficiências e que está começando a modifica-las (Funcionário Programa Jovens).

Há jovens que estão trabalhando, fazem serviços desde os 14 anos às vezes e utilizam o programa para poder terminar os estudos, têm um objetivo claro, ou sejam, reconhecem a importância de ter o Ensino Secundário completo e de continuar capacitando-se (Técnico Programa Jovens).

Envolvendo-os nos diferentes projetos que realizamos, os vamos resgatando. Os mantemos por dois, três anos (...) e temos conseguido fazer com que terminem primeiro o Ensino Médio Técnico e depois o terceiro ano na mesma escola. São coisas que permanecem e que usamos de exemplo de que é possível (Técnica Programa Ensino Médio).

Em conjunto, também é possível observar uma diferença entre os programas sobre o posicionamento dos funcionários e técnicos sobre a problemática juvenil. Particularmente, no caso do *Jovens com Mais e Melhor Trabalho*, observa-se uma maior abertura e compreensão da situação dos jovens que participam, o qual pode responder a um discurso político de orientação e atenção para as necessidades dos cidadãos e atendimento em relação à problemática do emprego, tema de criação da Instituição Agência de Emprego, da qual fazem parte os tomadores de decisão e técnicos consultados, como também pela proximidade e contato cotidiano com os participantes do programa.

Não obstante, no momento de considerar a problemática que esses programas atendem, podem-se encontrar diferentes posicionamentos nos quais muitas vezes a centralidade do programa dirigido aos jovens se dilui e outros atores e/ou problemáticas exigem uma maior importância (necessidades do setor produtivo), que caso não estejam vinculados com a inserção laboral, dão ênfase em tratar de atendê-los, deixando de lado aspectos - necessidades, interesses, motivações - que implicam diretamente aos jovens:

Capacitam-se os jovens em coisas que não lhe interessam, mas sim ao setor (...) Não existe gente formada para o que eles necessitam (Funcionário Programa Ensino).

Ainda existe uma falta de coordenação ou articulação do sistema educativo por assim dizer, ou o produto que o sistema educativo obtém e o que empresário realmente espera (Funcionário Programa Jovens).

Por outro lado, basicamente, os responsáveis técnicos, ao terem contato direto com as pessoas que acessam esses programas, reconhecem e indicam outras problemáticas vinculadas à características ou situações em que se encontram os jovens que acessam os programas:

Temos jovens de 14 ou 15 anos que vamos “resgatando”. Os mantemos por dois anos, três anos, tivemos três ou quatro jovens que abandonaram o terceiro ano, que andavam roubando, com más companhias, não vou falar de drogas, mas era esse tipo de coisas (...) A maioria dessas pessoas, o que observamos é que falta contenção, que o escutem, que o tratem de uma forma igualitária e não diferente porque não estudam, não trabalham (Técnica Programa Ensino).

Quando se fala do programa, se fala da população vulnerável, não desacredito essa característica ou particularidade do segmento, acredito que existe um alto grau de falta do que antes chamávamos da famosa cultura do trabalho, até eu diria cultura do esforço, fazendo referência ao que dizia antes, que são filhos de pais que vêm com a abordagem dos planos sociais (...) O importante do programa é que deve-se tentar reinserir a vocação ou a intenção de se esforçar, obter um diploma, trabalhar, ter uma oportunidade de trabalhar, e se não temos um resultado positivo, tentamos de novo, vemos o que podemos fazer, e que o programa não é o fim da vida e sim o começo (Técnico Programa Jovens).

Desse modo, é possível reconhecer uma série de características sociais, educativas e laborais dos jovens participantes e dos entornos nos quais estão inseridos. Assim, a sua inclusão nos programas não apenas favoreceria o retorno ao sistema educativo formal,

mas também o desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e valores considerados necessários para a sua posterior integração ao mercado laboral, de acordo com Millenaar (2010), gerar uma relação sólida e comprometida com a educação e o trabalho pode constituir o motor de trajetórias laborais estáveis e acumulativas.

No entanto, a partir das propostas do programa e de acordo com a perspectiva dos adultos responsáveis pela execução, de acordo com o indicado por Valenzuela (op. cit.), pode surgir uma tensão com o imaginário juvenil de que o ensino perdeu a centralidade como elemento de mobilidade social e a forte dissociação existente entre o ensino escolar e as oportunidades laborais.

Por outro lado, também há certo reconhecimento por parte do Estado sobre a problemática do emprego e a situação na qual se encontram os jovens, o que possibilita o desenvolvimento de políticas e a continuidade dos programas:

Acho que isto do emprego, e pelo menos dos jovens, não estava na agenda provincial (...), veio ocupar um lugar que não estava nas preocupações do governo (Funcionário Programa Jovens).

O intendente se preocupava dos jovens que não estudavam, não trabalham, não iam para a escola, não faziam nada (Funcionária Programa Educação).

No final do ano passado assinou-se novamente um convênio entre a Nação e a União Europeia (...). Até agora, em um trabalho coordenado, Província-Nação (...) cumprimos com o que eles solicitaram e eles cumpriram com o que prometeram (Funcionário Programa Educação).

Sobre isso, muitas iniciativas públicas a favor da juventude, ao estarem desconectadas de um plano ou de uma política elaborada sobre uma base integradora, não conseguem os resultados previstos e são descontinuadas. De acordo com Voigt (2013), em muitos casos, uma das características dos programas ou projetos da juventude se vincula com o recomeço contínuo, gerando um dinamismo escasso e desestímulo das instituições e gestores participantes.

Por último, sobre a normativa que regula os programas, planeja-se o propósito da participação dos jovens ou de associações que os representem na formulação e realização dos programas, uma vez que eles seriam o melhor apoio para uma

institucionalidade a serviço das suas necessidades, não obstante que nos casos analisados eles não possuem uma participação efetiva e ativa:

Existe a direção da Juventude, mas nós não trabalhamos com eles, eles se dedicam a outros assuntos (Funcionário do Programa Jovens).

Em algum momento falamos com ONGs vinculadas ao tema dos jovens, mas nada foi obtido (Funcionário do Programa Jovens).

Na mesa não participam instituições ou organizações vinculadas aos jovens, somos nós e o setor produtivo (Funcionário Programa Ensino).

Reflexões finais

A revisão bibliográfica realizada mostra que, desde o âmbito acadêmico, surgem novos enfoques e perspectivas de análise em torno da questão juvenil e que também, progressivamente, se traduzem em novos alinhamentos para o tratamento desse tema através das políticas públicas.

No entanto, é na prática onde encontramos um lugar privilegiado para identificar as tensões que esses processos acarretam. O objetivo proposto no início do trabalho se orientava justamente nesta direção, em tentar compreender a partir dos funcionários e gestores do Estado a problemática da inserção dos jovens, as suas concepções, imaginários e opiniões no momento da implementação desses programas.

Assim, a partir dos dados construídos, podem-se observar representações desses jovens, que em muitos casos se vinculam a uma visão negativa: carências de interesses, visões de curto prazo, motivados apenas pelo dinheiro, entre outros. Não obstante, em alguns casos também se evidenciam certas percepções que manifestam expectativas favoráveis de possibilidades de melhorar suas situações, manifestando-se como jovens comprometidos com o seu futuro.

É interessante que, considerando o sentido e a origem desses programas e seus objetivos, que em muitos casos sejam os mesmos gestores que correm o risco de estigmatizar e rejeitar os jovens aos quais estão dirigidos. Em relação a isso, os gestores devem ser mediadores nas áreas em que os problemas possam vir a ocorrer, evidenciar-se e resolver, para gerar oportunidades para os jovens e não negá-las ou criticá-las.

De acordo com isso, devem reconhecer os jovens como sujeitos de direito e atores-chave do desenvolvimento, sobre a base de assumir também que os jovens constroem identidades políticas, sociais e culturais diferentes. Desconhecer isso dificulta a elaboração e a implementação de políticas públicas vinculadas com a juventude.

Finalmente, assim como é necessário obter a participação efetiva dos jovens na formulação de políticas que os integrem, será necessário também que aquelas políticas de desenvolvimento, educação e emprego, devam incluir na sua discussão as organizações sociais que possuem uma forte penetração social em todos os níveis, desde o nacional até o provincial, local e bairrista, com uma atenção especial ao fomento do desenvolvimento, educação e o emprego de qualidade nas áreas territoriais mais pobres.

Referências

BALARDINI, S. **Políticas de Juventud en América Latina. Evaluación y Diseño. Informe Argentina.** Buenos Aires, Organización Iberoamericana de la Juventud, FLACSO (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales), 1999.

BARBETTI, P. **Estrategias de Inclusión Socio-Laboral Juvenil.** Acerca del Papel del Estado, las Empresas y la Sociedad Civil en los Diseños Normativos de las Políticas Públicas. Jornadas Nacionales sobre Estudios Regionales y Mercado de Trabajo. Universidad Nacional de La Plata, 2010.

BARBETTI, P. **Juventudes y participación. La promoción de la participación social y política de los jóvenes desde el Estado. Reflexiones a partir de experiencias recientes en la provincia del Chaco.** En Pérez Rubio, A. y Oraisón, M. (coord.): Estudios sobre participación: procesos, sujetos y contextos. - 1ra ed. Corrientes, 2013.

BOURDIEU, P. **Sociología y Cultura. Consejo Nacional para las Cultura y las Artes.** Ed. Grijalbo, México, 2009.

CASAL, J. **Modos Emergentes de Transición a la Vida Adulta en el Umbral del Siglo XXI: Aproximación Sucesiva, Precariedad y Desestructuración.** Reis, 1996. 75: 295-316.

CHAVES, M. **Jóvenes, Territorios y complicidades. Una antropología de la juventud urbana.** Espacio Editorial, Buenos Aires, 2010.

DÁVILA L.; HONORES C. Capital Social Juvenil y Evaluación Programática hacia Jóvenes, en **Revista Última Década**, nº 18, Viña del Mar, CIDPA, 2003. pp. 175-198.

DUBET F. y MARTUCELLI D. **En la Escuela. Sociología de la Experiencia Escolar**. Buenos Aires, Losada, 1998.

JACINTO C. Jóvenes Vulnerables y Políticas Públicas de Formación y Empleo. **Revista de Estudios de la Juventud**. Buenos Aires, 2000, p. 103-121. Fonte: <http://www.cinterfor.org.uy/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/youth/doc/not/libro258/libro258.pdf> . Acesso em 12.09.2014.

JACINTO C. **La Construcción Social de las Trayectorias Laborales de Jóvenes. Políticas, Instituciones, Dispositivos y Subjetividades**. Buenos Aires, IDES (Instituto de Desarrollo Económico y Social), Teseo, 2010.

JACINTO C. Los dispositivos recientes de empleo juvenil: institucionalidades, articulaciones con la educación formal y socialización laboral. **Revista de Trabajo**. 4 (6): 123-146. Buenos Aires, Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social. Fonte: <http://www.trabajo.gob.ar/left/estadisticas/revista/index.asp> . 12.09.2013.

SALVIA A. **Juventudes, problemas de empleo y riesgos de exclusión social. El actual escenario de crisis mundial en la Argentina**. Berlín, Friedrich-Ebert-Stiftung, Departamento de Política Global y Desarrollo. Fonte: <http://library.fes.de/pdf-files/iez/09698.pdf> . Acesso em 12.09.2013.

TAMAYO SÁEZ, M. **El análisis de las políticas públicas**. En Bañón R. y Carrillo E. (comp.). La nueva administración pública. Alianza Editorial. Madrid, 1997.

VALENZUELA ARCE, J.M. **El futuro ya fue. Socioantropología de los jóvenes en la modernidad**. Editorial Colegio de la Frontera Norte, México, 2005.

VOIGT, L. **Potencialidades e Riscos de Projetos com Juventude**. Seminario III Participación Social y Juventud. Escuela Regional MOST/UNESCO/CLACSO: Juventude, Participação e Desenvolvimento Social na América Latina e Caribe. Diciembre de 2013. Brasília.

WELLER, J. **La Problemática Inserción Laboral de los y las Jóvenes**. Santiago de Chile, CEPAL, Serie Macroeconómica del Desarrollo, 2003, N°28.







Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais



Secretaria Nacional de Juventude



Cooperação
Representação no Brasil
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Secretaria-Geral da Presidência da República

